

**AUTOGESTÃO E SUAS POSSIBILIDADES: CONTRIBUIÇÕES DAS  
NOÇÕES PÓS-ESTRUTURALISTAS DE COLETIVO E  
HETEROGENEIDADE**

**SELF-MANAGEMENT AND ITS POSSIBILITIES: CONTRIBUTIONS  
FROM POST-STRUCTURALIST NOTIONS OF COLLECTIVE AND  
HETEROGENEITY.**

**LA AUTOGESTIÓN Y SUS POSIBILIDADES: APORTES DESDE  
NOCIONES POSTESTRUTURALISTAS DE COLECTIVIDAD Y  
HETEROGENEIDAD.**

Recebido em: 11 de Maio de 2020

Aprovado em: 27 de Maio de 2020

Avaliado pelo sistema double blind review

Editoria Científica: Camila Furlan da Costa e Igor Baptista de Oliveira  
Medeiros

Patrícia de Camillis - [patriciadecamillis@gmail.com](mailto:patriciadecamillis@gmail.com) – UNISINOS<sup>1</sup>

**RESUMO**

O objetivo desse ensaio é analisar as contribuições das noções pós-estruturalistas de coletivo e heterogeneidade para o conceito de autogestão. Com origens anárquicas e fruto de movimentos operários, a autogestão é, geralmente, analisada e adotada como uma forma de contrapor a gestão capitalista, ou heterogestão, que age a partir de uma hierarquia e subordina o trabalho ao capital. Entretanto, sem deixar de ser uma possibilidade de se pensar a gestão, ao elaborar o fenômeno da autogestão pela ótica do coletivo e da heterogeneidade, mantendo o pressuposto básico de autonomia e emancipação, abrimos para possibilidades cotidianas e diversas de autogestões possíveis, uma vez que humanos, não-humanos, materiais e imateriais estabelecem relações e possuem agência. Essas noções servem de base para argumentar que em uma organização autogestionária podemos ter autogestões e gestões em experimentação cotidiana, que se sobrepõem, que se conectam, interferem e tensionam. Ao mesmo tempo que as autogestões possíveis nos possibilitam e são efeitos de diferentes ser e estar no mundo.

**Palavras-chaves:** autogestão, coletivo, heterogeneidade.

<sup>1</sup> Bolsista Capes

## ABSTRACT

The purpose of this essay is to analyze the contributions of post-structuralist notions of collective and heterogeneity to the concept of self-management. With anarchic origins and the result of workers' movements, self-management is generally analyzed and adopted as a way of opposing capitalist management, or hetero-management, which acts from a hierarchy and subordinates work to capital. However, without ceasing to be a possibility to think about management, when elaborating the phenomenon of self-management from the perspective of the collective and heterogeneity, maintaining the basic assumption of autonomy and emancipation, we open up to daily and diverse possibilities of possible self-management, since human, non-human, material and immaterial establish relationships and have agency. These notions serve as a basis to argue that in a self-managing organization we can have self-management and management in daily experimentation, which overlap, which connect, interfere, and tension. At the same time, the possible self-management enables and is the effect of different beings in the world.

**Keywords:** self management, collective, heterogeneity.

## RESUMEN

El propósito de este ensayo es analizar las contribuciones de las nociones postestructuralistas de colectivo y heterogeneidad al concepto de autogestión. Con orígenes anárquicos y el resultado de los movimientos de trabajadores, la autogestión generalmente se analiza y adopta como una forma de oponerse a la gestión capitalista, o heterogestión, que actúa desde una jerarquía y subordina el trabajo al capital. Sin embargo, sin dejar de ser una posibilidad de pensar en la gestión, al elaborar el fenómeno de la autogestión desde la perspectiva de la colectividad y la heterogeneidad, manteniendo el supuesto básico de autonomía y emancipación, nos abrimos a las posibilidades diarias y diversas de una posible autogestión, ya que humanos, no humanos, materiales e inmateriales establecen relaciones y tienen agencia. Estas nociones sirven como base para argumentar que en una organización autogestionada podemos tener autogestión y gestión en la experimentación diaria, que se superponen, que se conectan, interfieren y se tensan. Al mismo tiempo, esa posible autogestión nos permite y es el efecto de ser y estar en el mundo diferentes.

**Palabras clave:** autogestión, colectivo, heterogeneidad

## 1 INTRODUÇÃO

*Certa vez, uma pessoa que participava de uma organização autogestionária, disse-me: “a nossa administração é meio bagunçada”.*

<sup>1</sup> Bolsista Capes

A questão da Autogestão, no Brasil, teve condições para se difundir nos anos 1990, em um contexto de desemprego elevado e falência de grandes empresas. Trabalhadores começaram a se associar, principalmente, sob a forma de cooperativas, para manter funcionando as instalações das antigas empresas, resgatando elementos de sociedade de pessoas com caráter econômico, possibilitando uma gestão democrática e participativa de organizações econômicas específicas (TAUILE; RODRIGUES, 2009). Desta forma, os atores que formaram a autogestão foram grupos de trabalhadores, que antes possuíam ocupação, e se viam desempregados ou em vias de sê-lo, ou mesmo os que nunca tiveram acesso a um posto formal de trabalho e resolvem criar seus empreendimentos para se manterem ou para criar mais postos de trabalho e gerar renda.

De acordo com Tauile e Rodrigues (2009), nesses empreendimentos, a gestão é assentada em princípios de democracia, igualdade e solidariedade, que consagra os ganhos de sinergia gerados no processo e na caracterização de uma sociedade de pessoas. Com isso, passamos a falar de administração e gerenciamento baseados na democracia e na igualdade de direitos e responsabilidades; em sociedades econômicas cuja natureza jurídica caracteriza-se por ser uma sociedade de pessoas. Essas empresas, sendo autogestionárias, preservam elementos de democracia e igualdade entre os trabalhadores associados (TAUILE; RODRIGUES, 2009).

Conforme aponta Rosenfield (2004), a autogestão é a maneira pela qual os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) se diferenciam das empresas de todos os tipos jurídicos, e de cooperativas capitalistas, pois também é uma forma de colocar em prática os princípios da Economia Solidária, em que a economia deixa de ser um mecanismo de competição para ser de solidariedade. A autora afirma que a autogestão promove a igualdade de poder decisório, isto é, um membro, um voto. Entretanto Tauile e Rodrigues (2009) destacam que, no cotidiano interno dos empreendimentos, que pretendem funcionar segundo uma lógica mais solidária e democrática, encontram-se também dificuldades peculiares e significativas.

Em se tratando de Brasil, a dificuldade mais básica é a de que o trabalhador não consegue se ver e sentir-se como empreendedor, dono e responsável pelo negócio. Desta forma, deve desapegar-se do salário enquanto tal, pois agora tem direito a uma remuneração por sua atividade na forma de retirada, já que o negócio é seu. Além disso, muda sua função econômica, agora como proprietário do empreendimento, o que lhe dá direito de participar nos seus resultados positivos, nos seus lucros ou sobras; por tudo isso deve ter o maior interesse em que o processo de produção no qual está inserido funcione da melhor maneira possível (TAUILE; RODRIGUES, 2009).

Nessa linha, o cooperativismo, fruto do movimento operário, possui características de: propriedade cooperativa, pois é uma associação de pessoas e não de capital; gestão cooperativa, visto que o poder de decisão último é da assembleia; e repartição cooperativa, já que a distribuição das sobras financeiras se faz segundo a participação dos cooperados na mesma. A cooperativa é apenas um instrumento para os associados lucrarem (RIOS, 2007). De acordo com Tesch (2000), o conceito de Cooperativa é “uma associação autônoma de pessoas unidas, voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais

<sup>1</sup> Bolsista Capes

comuns, por intermédio de uma empresa coletiva e democraticamente controlada” (TESCH, 2000, p.50). Porém, Rios (2007) destaca que o fato de não ter patrão, isto é, uma autoridade hierárquica ligada à propriedade do capital, não significa que não haja coordenação, esta, no entanto, é apenas democratizada.

Frente ao sistema econômico hegemônico que classifica e separa os indivíduos segundo a sua cota de capital e sua capacidade de trabalho para participar da produção incessante e crescente de mercadorias e, ainda, coloca toda força física e intelectual a serviço do capital, existe a alternativa da associação produtiva de trabalhadores “que visa colocar a seu benefício a capacidade de trabalho que possuem, em lugar de aliená-la...” (GAIGER, 2004, p. 7). A autogestão organizada na forma de cooperativa aparece, então, como alternativa de sobrevivência (MARTINS, 1997).

Sendo assim, segundo Gaiger (2004), o chamado Empreendimento de Economia Solidária possui oito princípios centrais: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Sendo que, o último princípio da lista se refere a melhorias na comunidade, ao comércio justo e a irradiação das experiências. É possível verificar que todos os princípios se sustentam e se constituem uns aos outros, entretanto, o primeiro contrapõe-se abertamente à forma hegemônica de gestão hierarquizada que é a heterogestão. A autogestão desafia o entendimento das ciências administrativas desenvolvidas dentro da lógica do sistema econômico capitalista, mostrando que existe outra forma de organizar e gerir um empreendimento de qualquer natureza.

Em parte, devido a esse importante histórico de luta dos trabalhadores, geralmente compreendemos a autogestão como um contraponto à autoridade hierárquica da gestão capitalista. A heterogestão existe quando o grau de controle pelos trabalhadores dos elementos constitutivos é insignificante, enquanto na autogestão, esse grau de controle é total (FARIAS, 2009). Entretanto é possível pensarmos o fenômeno da autogestão para além da dicotomia ou do continuum e analisá-lo através da multiplicidade, sem perder o pressuposto básico de autonomia e emancipação. Para tal, precisamos considerar a heterogeneidade do coletivo que se auto-organiza e suas possibilidades. Assim, o objetivo desse ensaio é analisar as contribuições das noções pós-estruturalistas de coletivo e heterogeneidade para o conceito de autogestão. A seguir, vamos resgatar o conceito de autogestão e discuti-lo frente a esses outros pressupostos ontológicos.

## **Possibilidades da Autogestão**

De acordo com Prestes Motta (1981), o pensador Pierre-Joseph Proudhon é considerado o “pai da autogestão”, embora não tenha empregado o termo “autogestão” em sua obra. As construções teóricas de Proudhon “visam estabelecer, sem qualquer autoridade superior, a autonomia da sociedade” (PRESTES MOTTA, 1981, p. 133) entendida como a capacidade que a sociedade possui de governar e organizar a si mesma. Na sociedade autogestionária de Proudhon, existiriam grupos se autoadministrando, com coordenação, mas sem hierarquização. Seu

<sup>1</sup> Bolsista Capes

conceito não se restringe à administração de uma empresa, já que ele entende que a organização da sociedade é dada pela organização do trabalho, não ligando diretamente trabalho à empresa, mas, à vida humana como um todo e, assim, à sociedade.

Para Proudhon (apud PRESTES MOTTA, 1981, p. 139) “o trabalho é a força que determina a sociedade e o desenvolvimento social”, o autor considera que, a divisão do trabalho exige uma comunidade de ação para a sua realização. Essa comunidade de ação possui uma força superior à simples soma das forças individuais. O coletivo (neste caso equivale a organização) é formado por várias pessoas, não é igual à soma dos indivíduos, por isso, o excedente produtivo é de quem produz, isto é, pertence à comunidade de ação.

Contudo, segundo Prestes Motta (1981), o regime de propriedade capitalista pressupõe que o trabalho e a sua produção são iguais à soma dos esforços individuais e, desta forma, a soma dos salários individuais “pagaria” todo o trabalho. Porém, para Proudhon, a atividade de produção implica cooperação e ultrapassa a simples soma dos trabalhos individuais, por isso, a união dos trabalhos não é paga pelo proprietário. Assim, a proposta de Proudhon é a de que se tenha a subordinação da propriedade ao coletivo (grupo de pessoas), a quem produz, isso não significa uma situação de despossessão total, a posse é do coletivo (do grupo de pessoas que produz). A sociedade autogestionária de Proudhon se constitui a partir da realidade indissolúvel do ser coletivo e do ser individual (PRESTES MOTTA, 1981).

De acordo com Carvalho (1983), podemos pensar a noção de autogestão como uma sucessão de possibilidades que, diferente de um fenômeno singular e unidimensional, possui características comuns como a filiação livre e voluntária com o objetivo da organização e limitada pela solidariedade entre os seus integrantes. As estruturas podem ser mais flexíveis partindo do princípio de que as pessoas que pertencem a uma organização têm o direito de decidir sobre todos os assuntos principais relacionados a ela e que para compartilhar a tomada de decisão, participam da posse dos recursos materiais como um coletivo. Desta forma, é possível o controle sobre os meios e os frutos da produção, e assim, esses não seriam monopolizados como nos formatos organizacionais burocráticos (CARVALHO, 1983).

Ao pensar o conceito de autogestão de forma multidimensional – social, econômico, político e técnico – Albuquerque (2003) destaca-o como sendo muito mais que um modo de gestão, é “um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações...” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). Desta forma, a autogestão é compreendida por um processo no qual as ações e os resultados são entendidos como aceitáveis por todos os envolvidos, compondo a *dimensão social*; por processos de produção que privilegiam o trabalho e não o capital, considerando a *dimensão econômica*; por sistemas de representação na qual a tomada de decisão seja resultado de construções coletivas que compartilham o poder respeitando as diferenças, atendendo a uma *dimensão política*; e por uma possibilidade de organização e

<sup>1</sup> Bolsista Capes

divisão do trabalho diferentes das utilizadas por sistemas unicamente hierárquicos, assim, a *dimensão técnica* atende às demais dimensões (ALBUQUERQUE, 2003).

Nesse sentido, a autogestão nos possibilita pensar na transformação e na mudança social, o que, segundo Albuquerque (2003), não se trata apenas de controle das atividades ou de modelo de gerenciamento de recursos e responsabilidades, mas de práticas sociais que se construíram contextualizadas historicamente. Entretanto, nas empresas capitalistas, seguindo os princípios neoliberais como o da flexibilização, a autogestão é embutida nas novas formas de organização do trabalho que neutralizam o caráter de crítica radical que o conceito traz, pois é apresentada como mais uma técnica gerencial que “joga” toda a responsabilidade do seu trabalho para o próprio trabalhador, desconsiderando que, nessa lógica, o mesmo não tem controle sobre os meios de produção. Desta forma, de acordo com Albuquerque (2003), torna-se difícil diferenciar os processos produtivos de empresas capitalistas e de empresas cooperativas, já que os novos processos de produção dissimulam a realidade social, fazendo parecer que há poucos níveis hierárquicos e controles com relação ao trabalho.

Conforme Albuquerque (2003), cada vez mais a autogestão como forma de gestão autônoma do conjunto social remete a outras formas de se pensar a educação e a política. O autor apresenta duas determinações do conceito de autogestão: (1) a não distinção entre quem decide e quem executa; e (2) a autonomia na definição e na escolha do que fazer por parte de cada unidade de atividade. Sendo assim, a autogestão “adquire seu caráter de radicalidade, pois passa a ser um elemento fundante da vida associada e do fazer cotidiano” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 24).

Neste fazer cotidiano, a autogestão apresenta aspectos positivos e negativos, conforme Albuquerque (2003). Possibilitar um ambiente mais democrático amplia a capacidade produtiva dos trabalhadores, que é positivo; porém, tem o aspecto negativo da participação na gestão reduzir a capacidade produtiva, pois eles e elas se envolvem em várias atividades. É um aspecto positivo o fato de os trabalhadores terem um sentido maior de responsabilidade e atenção para a qualidade, entretanto, o aspecto negativo se refere a não se ter muito objetivado os estímulos aos processos autogestionários. Existe um processo de vigilância mútua no grupo, contudo é difícil medir a produção individual. Por fim, o ambiente participativo facilita a comunicação, o que é positivo, ao mesmo tempo que um espaço autogestionário remete a ambientes de incerteza, algo visto como negativo (ALBUQUERQUE, 2003).

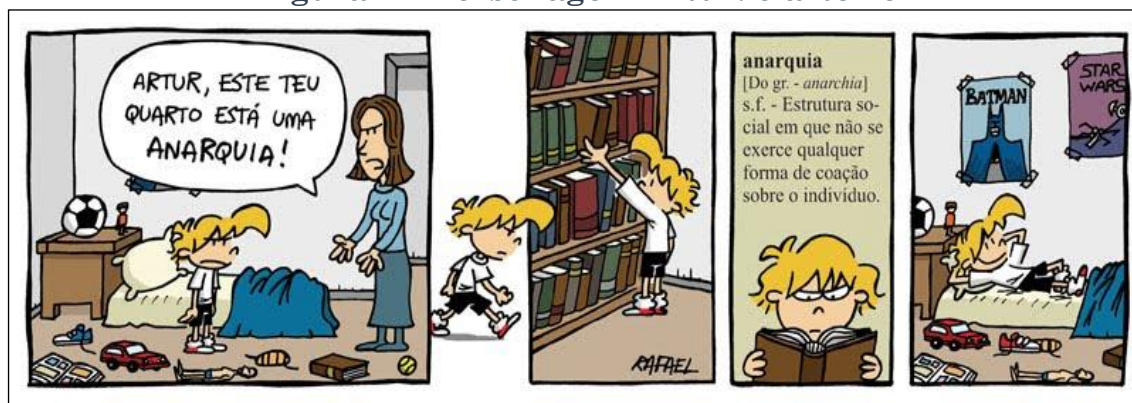
Entretanto, deve-se pensar em que medida esses aspectos, os ligados à produtividade e a ambientes de incerteza, colaboram para a manutenção de padrões hegemônicos referentes ao trabalho. Uma vez que a autogestão é pensada pela resignificação das práticas sociais relacionadas à organização do trabalho, associada à mudança radical e à transformação da sociedade capitalista, essa resignificação talvez deva passar pelo estabelecimento de outros aspectos de avaliação do trabalho.

Para os anarco-sindicalistas ou pensadores libertários, de acordo com Berthier (1971, p. 61) “a autogestão é, antes de tudo o meio de pôr em aplicação o

<sup>1</sup> Bolsista Capes

seguinte princípio: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitam a aplicação desse princípio”. Sendo assim, a autogestão é um princípio de ação. Desta forma, a autogestão trata da organização geral da sociedade pela gestão direta dos trabalhadores no organismo de base e que o interessante seria que não apenas fábricas ou empresas fossem autogeridas, mas também as relações entre si, com seu ramo industrial e com a economia em geral, sendo o anarquismo uma forma de organização social (BERTHIER, 2002).

Figura 1 – Personagem Artur: o arteiro



Fonte: créditos a Rafael Corrêa cartum.

Outro autor que trouxe a discussão da autogestão para o âmbito da sociedade, isto é, não pensando somente em empresas, foi Pierre Rosanvallon em *L'age de l'autogestion* (1976) no qual afirma que “a autogestão antes de ser uma ideia, se constituiu como uma prática social e política [...] é por definição um absurdo conceber a autogestão programada, modelada, confinada em uma camisa de força de receitas e planos previstos previamente” (ROSANVALLON, 1976, p. 83).

Esta ideia de “experimentação social”, defendida por Rosanvallon (1976), afirma que a sociedade autogestionária é uma sociedade que se institui e se constrói por si mesma; sendo a autogestão um projeto de sociedade, não um modelo a ser aplicado. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. O autor afirma ainda que a autogestão é um movimento e por isso, ela é produto de experiências, de vitórias e de derrotas. A construção de uma sociedade autogestionária significa um vasto processo de experimentações em todos os domínios da vida econômica e social. O direito à experimentação é o fundamento da sociedade autogestionária para Rosanvallon (1976).

O direito à experimentação coletiva de novas formas de vida e de trabalho não pode se construir “de cima”, a partir de iniciativas do Estado ou da gerência de empresas. A autogestão se constrói a partir das iniciativas da sociedade civil, nas organizações, nos bairros, nas municipalidades (ROSANVALLON, 1976). Para o autor, o Estado deve garantir o direito à experimentação ao invés de fixar esquemas a serem aplicados. Mesmo vislumbrando algo “maior” que seria a sociedade autogestionária em todas as instâncias, Rosanvallon (1976) faz

<sup>1</sup> Bolsista Capes

referência a empresas, o que me permite pensar em fazer um recorte neste processo de experimentação. Entretanto, o autor faz a diferenciação da experiência concedida do topo e da experiência decidida e controlada pelo coletivo, pois a experimentação autogestionária só tem sentido como conquista real da base da sociedade. Rosanvallon (1976) distingue ainda que a experimentação não pode ser reduzida à aplicação de uma ideia ou à verificação de uma hipótese teórica, a experimentação pode ser um processo que não liga uma extremidade a outra, pode ser o esforço de tentativa e erro para atingir os desejos, às vezes muito confusos ao começar. O autor define que o direito de experimentação é limitado por três princípios:

- 1) a experiência de uma comunidade não deve ferir a de outra;
  - 2) a experimentação só pode ser feita por uma decisão do grupo em questão;
- e
- 3) a experimentação não pode ter como consequência uma propriedade privada e pessoal.

Desta forma, esse autor abre uma possibilidade libertária de autogestão através da experimentação, que em conjunto com a ideia do fazer cotidiano de Albuquerque (2003) são o nosso ponto de partida para incluir na discussão os conceitos de coletivo e heterogeneidade, pela perspectiva pós-estruturalista. Para tanto, no próximo capítulo apresento os conceitos de coletivo, que está relacionado a uma noção de agência que não se restringe ao humano, mas estende-se ao não-humano, para então discutir a heterogeneidade que se desdobra em heterogeneidades da materialidade, da alteridade e da fractalidade, nos levando a compreensão da autogestão como múltipla: autogestões possíveis.

## O Coletivo e a Heterogeneidade

De acordo com Escóssia e Tedesco (2009), geralmente, o conceito de coletivo está relacionado ao de social como sendo ambos opostos ao conceito de indivíduo, e nos quais se aponta para uma organização da sociedade reconhecida, como: Estado, comunidade, massa, classe e das dinâmicas das interações grupais; um modo de pensar que responde por outras dicotomizações: sujeito-objeto, teoria-prática, mente-corpo, entre outras. No entanto, é possível compreender o coletivo a partir de relações estabelecidas entre o plano das formas (que é o estabilizado) e o plano das forças (dos processos de transformação), que constroem entre si relações de reciprocidade, cruzamentos múltiplos e que produzem a realidade (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009).

Inspiradas em Deleuze e Guatarri (1995), e com o objetivo de superar as dicotomias, Escócia e Kastrup (2005) chamam coletivo de o lugar-meio de indivíduo e sociedade, como “plano de coengendramento e de criação”. Um coletivo que pretende dar visibilidade a outra lógica – uma lógica atenta ao engendramento, ao processo que antecede, integra e constitui os seres, uma lógica da relação (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p. 297). Nesse sentido, quando o pesquisador se volta somente ao plano das formas instituídas, deixa de fora da investigação parte constituinte do objeto estudado. As coisas e os estados de coisas, presentes no plano

<sup>1</sup> Bolsista Capes

das formas, não seriam realidades fixas, mas efeitos de recortes temporais do processo e corresponderiam a determinados momentos ou fases do contínuo movimento de variação gerado pelas conexões de contato (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009).

Considerando essa multiplicidade de conexões, Latour (2001) faz uso do termo “coletivo” para designar algo que é mais amplo do que sociedade, pois enfatiza as associações heterogêneas entre humanos e não-humanos: “um intercâmbio de propriedades humanas e não-humanas no seio de uma corporação” (LATOURE, 2001, p. 222). Seria a trama, ou a rede de conexões da qual fazemos parte. Entretanto, utilizar o conceito de coletivo não significa desconsiderar os traços característicos dos diversos elementos que o integram. Como afirma Latour (2001, p. 222-223):

O jogo não consiste em estender a subjetividade às coisas, tratar humanos como objetos, tomar máquinas por atores sociais e sim evitar a todo custo o emprego da distinção sujeito-objeto ao discorrer sobre o entrelaçamento de humanos e não-humanos. O que o novo quadro procura capturar são os movimentos pelos quais um dado coletivo “estende” seu tecido social a “outras” entidades.

Para Latour (2005), o social é um movimento de associações e de reunião entre elementos humanos e não-humanos. O social é “o nome do tipo de associação momentânea, caracterizada pela maneira como se reúnem as novas formas” (LATOURE, 2005, p.65). Indo mais além, o autor propõe, visto o caráter heterogêneo das relações e a presença e ação de humanos e não-humanos, que a palavra social seja substituída pela palavra “coletivo”. O coletivo explica melhor o projeto de reunir esses novos elementos, antes não considerados como sociais. Entretanto, Latour (1997) já havia alertado de que não se trata apenas de substituir social por coletivo, mas de permitir uma ampliação do social para o coletivo, tratando das associações entre esses diferentes elementos.

De acordo com Latour (1994) e Callon e Law (1997), o coletivo pode ser entendido como rede social, desde que se garanta o princípio da heterogeneidade do social e de toda e qualquer entidade – um indivíduo, uma comunidade, uma organização - e que rede seja entendida em seu caráter relacional. Quando se afirmar que o coletivo é formado por uma rede de relações heterogêneas, assume-se, portanto, que os atores são efeitos das redes (LATOURE, 1999). Além disso, não é possível saber a quantidade de coletivos existentes, a palavra é usada, de acordo com Latour (2004a), para indicar que não há mais dois elementos que atraem, “o coletivo significa tudo e não dois separados” (LATOURE, 2004a, p. 117). O fundamental é olharmos os engendramentos coletivos e não os atores separadamente, pois o material e o social são produzidos conjuntamente na perspectiva processual: “Talvez, quando nós olhamos para o social estamos também olhando para a produção de materialidades; e quando olhamos para os materiais, estamos testemunhando a produção do social” (LAW; MOL, 1995, p. 274).

<sup>1</sup> Bolsista Capes

À medida que os não-humanos são assumidos como constituintes ao social, ou como Latour (2005) prefere designar, ao coletivo, garante-se uma liberdade de movimento, que está ligada com a continuidade e a descontinuidade dos modos de ação (LATOURE, 2005). O movimento é livre e acontece conforme os arranjos da rede, ora estáveis ora não. O coletivo que se quer tratar é “[...] o coletivo que se coloca como alternativa às dicotomias estabelecidas [...]” (ESCOSSIA, 2009, p. 690). É o coletivo que possui uma relação de prolongamento com o indivíduo e não de oposição (ESCOSSIA, 2010). Dessa forma, o termo “coletivo ou coletividade” explica melhor o projeto de reunir esses novos elementos, antes não considerados como sociais ou apenas como meros intermediários de uma dada situação (LATOURE, 2005). Em alguns momentos específicos, a materialidade deixa de ter invisibilidade, torna-se mediadora, como aponta Latour (2005). A tentativa é de desfazer os limites. A lógica do coletivo é uma lógica de fluxo. Quando a ideia de processo e fluxo é assumida para a análise dos fenômenos, os fazeres e os saberes não estão mais ontologicamente separados. Nesse contexto, o conceito de heterogeneidade contribui na compreensão da dimensão coletiva da experiência como um heterogêneo de humanos e não-humanos e que transcende a abordagem das relações sociais.

Latour e Woolgar (1987) questionaram sobre como o conhecimento ou dispositivos eram distribuídos ou disseminados. Suas pesquisas e respostas a essa questão implicam o fim de grandes divisões: humano e não-humano, sujeito e objeto, agência e estrutura; dicotomias que são geralmente mobilizadas para explicar o coletivo. Assim, para superar a divisão entre ação individual e coletiva, Callon e Law (1997) propõem pensarmos a partir de 4 princípios: (1) que o social possui caráter heterogêneo; (2) que todas as entidades são redes de elementos heterogêneos; (3) que essas redes possuem variedade e são imprevisíveis; e (4) que cada arranjo social estável é simultaneamente um ponto (indivíduo) e uma rede (coletivo). Nossas análises devem estar atentas à gama das configurações híbridas e considerar que o social é materialmente heterogêneo, embora existam diferenças. A materialidade deixa de ser passiva e passa a ter um papel ativo na dinâmica e no ordenamento social (CALLON; LAW, 1997). Entidades são redes de elementos heterogêneos. Não existe diferença entre uma pessoa e a rede de entidades que agem através das pessoas: rede e pessoa/ator são coextensivos. Pessoas, dispositivos, são todos efeitos de redes. Entidades, humanas e não-humanos, não são claramente separáveis do seu contexto, e não possuem fronteiras bem definidas. São um conjunto de relações na forma de rede. Entidades são realidades compostas, um produto do processo de composição (CALLON; LAW, 1997). Tratar de elementos heterogêneos abre a possibilidade de inclusão da imaterialidade<sup>i</sup>.

Nesse sentido, devemos olhar para a heterogeneidade. Os objetos, assim como as pessoas, são processos de negociação, transformação e acordos. Isso vale para as entidades, que possuem geometria variada, embora nem todas factíveis. Entretanto, de acordo com Callon e Law (1997) o que é factível ou não, é decidido nas interações, ou seja, se realizam em suas interações, enactam<sup>ii</sup> na e através da prática, não se separam do contexto. Saber como as entidades se comportam é uma

<sup>i</sup> Bolsista Capes

questão da prática, entendendo prática como “um modo relativamente estável no tempo e socialmente reconhecido de ordenar elementos heterogêneos em um conjunto coerente” (GHERARDI, 2006, p.34). Isso vale para os seres humanos, embora o vocabulário de análise, às vezes, seja diferente. Tratamos de maleabilidade de objetivos, dos projetos, das preferências, tratamos de identidades e a forma como refletem e moldam os elementos heterogêneos que eles associam. Estamos falando de redes. (CALLON; LAW, 1997).

Assim, para compreendermos o coletivo é preciso considerar que a capacidade de ação não é apenas um atributo humano. Portanto, em sendo constituída em elementos heterogêneos, a agência também é um atributo não-humano. De acordo com Passoth, Peuker e Schillmeier (2012), falar de agência sem atores (humanos) sugere que não-humanos fazem algo único que não se reduz a “vontade” dos humanos, uma vez que podem mudar a forma como o mundo é organizado e desempenham um papel importante na realização do mesmo, exemplos são os objetos tecnocientíficos, assim como os fenômenos ditos naturais. De acordo com Latour (2004b) a agência é o resultado de tudo o que é capaz de modificar outros atores. Sendo assim, agência não é uma capacidade humana básica, nem uma pré-condição do social, mas é relacional, um efeito sempre em mudança, em fluxo, em processo (LAW, 1991).

Desta forma, a agência é reconfigurada, uma vez que o olhar recai sobre o “como” se tornar ativo, observando cenários mais fluidos e heterogêneos nos quais diversas formas de agência emergem; assim, qualquer ator – humano ou não-humano – é um efeito. Não existe uma agência humana ou não-humana genérica e nem um ator a priori humano ou não-humano, as propriedades e diferenças são realizações de relações específicas onde entidades heterogêneas participam e nas quais os atores são temporariamente estabilizados (PASSOTH; PEUKER; SCHILLMEIER, 2012). Latour (2005) diz que a ação não é totalmente controlada pela consciência e deve ser definida como um nó, como um conjunto de agências que são surpreendentes e que vão aos poucos sendo desenredadas, à medida que as ações vão acontecendo em determinada ocasião. As agências dão conta da complexidade, diversidade e heterogeneidade da ação.

Sujeitos e objetos não possuem fronteiras/limitações ou atributos fixos. Tomamos como exemplo as organizações. Organizações são distribuídas por e são produtos de alguma relação. Elas enactam/produzem/performam um conjunto de materiais e elementos. Entretanto, apesar da infinitude dos fluxos, redes de materiais heterogêneos se tornam mais ou menos duráveis e atingem um degrau de durabilidade/estabilidade. Uma organização é resultado de diferentes processos e elementos heterogêneos, que, muitas vezes não possuem coerência entre si, embora preservem alguma identidade em comum (ALCADIPANI e TURETA, 2009, p. 655), ou micro práticas heterogêneas de organizar que geram efeitos estabilizados (DUARTE e ALCADIPANI, 2016, p.60). Como aponta Latour (2011) as organizações estão continuamente sendo articuladas e ordenadas, estão em constante construção, organizar é sempre reorganizar. O organizar da autogestão está em constante reorganizar. Dessa forma, uma rede que é relativamente estabilizada também tende a se tornar uma entidade, enactada através de vários

<sup>1</sup> Bolsista Capes

elementos que a constituem. Isso significa que, no momento da estabilização, a rede com “essa fachada”, age como se fosse uma entidade única, e nesse momento pode ser distinguível do ambiente, como um objeto com sua própria identidade (Callon e Law, 1997). Nesse momento de estabilização identificamos a organização (ou a autogestão) e deixamos de ver os diversos processos de organizar que ocorrem para constituí-la.

Deste modo, temos que o argumento central da sociologia da ciência é de que arranjos sociais estáveis são ambos individuais e coletivos. É preciso tratá-los como efeitos coletivos. A divisão entre individual e coletivo é um efeito da rede heterogênea (CALLON; LAW, 1997). Assim, considerar a heterogeneidade do coletivo é entender que não há uniformidade e todos os elementos possuem status similares, devem ser considerados simetricamente (LAW, 1999). A distinção entre humano e não-humano, entre indivíduo e coletivo não se estabelece a priori, a distinção se dá como um resultado ou efeito, momentâneo, de uma rede de elementos heterogêneos. Mesmo pensando somente em humanos, que possuem objetivos, intenções e habilidades estratégicas; pergunte-se de onde isso vem? Onde estão localizados? A resposta está nas redes de elementos heterogêneos que os constituem e nas diversas agências que os perpassam.

Do que é formada a autogestão, além de pessoas? A autogestão é uma rede heterogênea, são diferentes elementos heterogêneos que possibilitam a ação autogestionada ou autogestionária e não pode ser desanexada dos seus arranjos materiais e imateriais. Embora possamos insistir em dizer que ela depende da vontade, do desejo e das ações de humanos, e que todo o resto são sistemas de suporte passivos ou apenas os locais onde a ação acontece, isso é ilusório, pois a capacidade de se fazer autogestão é um efeito de arranjos materiais e imateriais mais ou menos estáveis, que dependem das relações e acontecem através das relações entre humanos e não-humanos, de todos elementos envolvidos. (CALLON; LAW, 1997). Assim, a autogestão é uma propriedade do coletivo, e não algo empreendido por pessoas no coletivo e, por isso, pode ser várias coisas: várias autogestões possíveis.

A ação é uma retransmissão com toda sua imprevisibilidade. Mas, não é uma simples retransmissão, pois cada entidade trazida junto é também uma complexa rede de relações. Assume-se que a ação equivale a relações específicas e materialmente heterogêneas. Assim, não existem estruturas pré-determinadas e por isso se queremos caracterizar uma ação, precisamos explorar os padrões de relações em suas especificidades. Então, as ações não possuem fontes identificáveis, mas estão localizadas através de padrões heterogêneos. Desta maneira, para descrever as ações é preciso encontrar formas de caracterizar os padrões em relações de influências. Entidades são efeitos interativos de redes e as ações humanas são efeitos de uma variedade de elementos heterogêneas que são constituídos de humanos e não-humanos, que não são simples recursos ou restrições, embora possam ser feitos passivos a partir da agência de outros elementos da rede (CALLON; LAW, 1997). Os elementos heterogêneos da rede são igualmente habilitados à ação. A construção e manutenção da rede é um processo precário (LAW, 1999). Sendo assim, a autogestão é também um processo precário

<sup>1</sup> Bolsista Capes

e em constante construção e manutenção, uma vez que as relações entre os elementos heterogêneos estão em fluxo constante, mas também porque a autogestão coexiste com outras gestões que se interferem e se encontram, em alguns pontos.

De acordo com Law (1997), para compreender a heterogeneidade é preciso considerar que são três heterogeneidades: da materialidade, da alteridade, da fractalidade. Mas, para que isso não se transforme em uma grande narrativa, é preciso reconhecer a irredutibilidade da heterogeneidade, isto é, compreender seu processo relacional e incompleto. Assim, na perspectiva da heterogeneidade/materialidade, enfatiza-se que as relações sociais não são simplesmente sociais, as relações são materialmente heterogêneas. Autogestão não é apenas resultado da vontade e deliberação humana de se autogerir, mas é enactada através das relações de pessoas, máquinas, ideologias, cultura, agência humana e não-humanos e outros elementos heterogêneos. A heterogeneidade/alteridade trata da mútua dependência do autor e do outro, já que ambos se fazem e se tornam mutuamente. Law (1999) nos sugere pensar em como um ausente só é ausente, se há um presente. Para existir autogestão outra forma de gestão deixa de ser organizada: a heterogestão não é realizada, embora coexista.

Por fim, Law (1999) trata da heterogeneidade/fractalidade, que é a ideia de que se algo parece singular/único, na realidade não o é. A Heterogeneidade/fractalidade nos permite dizer que não se trata de diferentes possibilidades de autogestão, trata-se de diferentes autogestões e diferentes gestões, que podem estar parcialmente conectadas, que há interferência em alguns pontos, que tensionam e enactam o que identificamos como uma organização autogestionária. Assim, uma única organização autogestionária são várias autogestões em processo, suportando, afetando, formando e interferindo uma a outra, bem como várias gestões em fluxo. Existem múltiplas formas de organizar, múltiplas realidades que são irredutíveis umas às outras, mas se mantêm juntas porque fluem umas às outras (CAMILLIS e ANTONELLO, 2016). Multiplicidade implica diferentes realidades sobrepostas, interferindo uma na outra (LAW, 2004). Assim, considerando o coletivo e a heterogeneidade, teremos a multiplicidade da autogestão e iremos olhar para os diversos modos através dos quais a autogestão acontece: são as autogestões possíveis.

### **Autogestão: resgatando a bagunça**

Na autogestão, cada um e outro vai construindo a relação indivíduo/organização de forma diferente. E essa relação, que também é material, tão frágil e tão forte, inconstante e peculiar, é conflitante. É o que se luta para manter e é o que se faz “brigar”. Discute-se por ela e por causa dela. Neste sentido, a autogestão é um processo aberto, heterogêneo, no qual se estabelecem relações. Autogestão é um processo no qual os envolvidos produzem e se apropriam de informações e modos de ser e fazer que permitem àquele que participa do processo fazer escolhas, tomar decisões sobre algo que tem e dá sentido ao

<sup>1</sup> Bolsista Capes

coletivo/organização; o decidir abre possibilidades para as pessoas serem autênticas e autônomas (ALBUQUERQUE, 2010<sup>iii</sup>).

Assim, devemos compreender a autogestão, considerando o coletivo e a heterogeneidade, como sendo um resultado não fixo nem estável, porém alcançado quando diferentes elementos são continuamente interconectados juntos. Conforme Latour (1999), humanos e não-humanos, actantes, híbridos se formam e adquirem atributos nas relações; as coisas estão sendo produzidas e se produzindo enquanto tornam-se “ser”, enquanto existem. Tratar a autogestão a partir desses termos, não é o mesmo que pensar em diferentes dimensões de um fenômeno único. Mas, pensar em múltiplas realidades, em autogestões possíveis.

O coletivo coloca no fluxo das decisões e das ações os elementos heterogêneos que podem ser materiais ou imateriais, assim como humanos. Desta forma, entende-se que são diferentes autogestões que ocorrem em uma organização de jornalistas formados em uma universidade privada e financiados pela família, assim como são diferentes autogestões que ocorrem em uma organização de jornalistas, todos nascidos na favela e formados em universidade pública através de cotas, embora ambas organizações assumam a autogestão, tenham pautas anticapitalistas e lutem contra a hegemonia dos meios de comunicação corporativistas. A materialidade e a imaterialidade que perpassam essas organizações produzem diferentes autogestões possíveis.

A autogestão pode ser vista como um processo de experimentação, que vai além das paredes de uma sede física, que está nas relações e nos encontros que os participantes estabelecem, enquanto entidades que agem cotidianamente. Essas relações contribuem para a sustentação das autogestões e não se estabelecem fronteiras, pois elas não existem, elas estão em toda parte. Esse processo é constantemente produzido, reproduzido e modificado pela articulação de diversos elementos humanos e não-humanos, híbridos e práticas: mantendo relações de amizade e confiança; desprezando as exigências burocráticas, quando possível; realizando tarefas “chatas” do controle financeiro; revelando suas convicções ideológicas; dividindo recursos; trabalhando muito; recebendo pouco; adaptando orçamentos; não elaborando orçamentos; organizando a sede; deixando a louça suja; fazendo reuniões semanais; decidindo em conjunto; trabalhando sozinho(a); decidindo sozinho(a), trabalhando em conjunto; pagando e descontrolando contas; atendendo ao telefone; realizando grandes trabalhos; descumprindo o expediente; descumprindo prazos... pelas demandas cotidianas que vão surgindo e sendo solucionadas, sem um critério rígido. Disparar ações, causar movimentações e tensões, constroem a gestão. Como lidar com elas a partir das diversas autogestões? A compreensão das heterogeneidades pode ser um caminho.

Além disso, essas relações e conexões não são lineares e os diferentes elementos heterogêneos de uma rede podem se conectar com vários outros, sem termos que estabelecer uma lógica de causa e efeito, por isso são tão difíceis de descrever e podem receber ênfases e apresentar elementos diferentes dependendo de quem as descreve. Algumas formalidades não se fixam – ou precisam de constantes movimentos intencionais de redesconectar para se sustentar. É a bagunça. E nesse cenário, como a noção de coletivo e heterogeneidade ainda pode

<sup>1</sup> Bolsista Capes

manter a autonomia e emancipação da autogestão? Autonomia e emancipação, com relação aos diversos aspectos da vida do indivíduo, passam a ser considerados a partir das múltiplas realidades que possibilitam a ressignificação de como organizar o trabalho e a vida. Se elementos heterogêneos participam do coletivo, as relações, e as experimentações, que podem ser diversas, que precisam ser constantemente feitas e refeitas no cotidiano, podem levar outro tempo, lento e disperso. Considerando que o social e o material são enatados conjuntamente em uma perspectiva processual, autonomia e emancipação se produzem e reproduzem a partir das autogestões possíveis, estando o indivíduo em rede de relações heterogêneas.

As autogestões possíveis que acontecem em um grupo de teatro que utiliza recurso público para financiar alguns dos seus trabalhos, o que exige uma organização burocrática mínima. As autogestões possíveis que ocorrem na bioconstrução e na permacultura que constroem suas casas através de mutirões, oficinas pagas e trocas de trabalho, onde se permite alguém tocar violão a tarde inteira enquanto outros “preenchem parede”. É por terem engajamentos e motivações heterogêneas que não se cumprem algumas formalidades. Essas formalidades que nos são impostas para que possamos permanecer discordando delas. Sendo assim, a desordem pode ser um tipo de ordem? Ou desorganização pode ser um tipo de organização? A bagunça organiza as autogestões. A “própria revelação da multiplicidade de posições encontradas no campo é que permitirão compreendê-lo em toda a sua complexidade” (LATOURET, 2005, p. 145-147). De acordo com Mol (2002) objetos que são singulares na teoria, são múltiplos na prática. Assim, sugere-se que a autogestão não se estabelece pelas mesmas práticas e mesmas relações entre os envolvidos. A autogestão é performada por diferentes práticas que se estabelecem através de coletivos que podem ser diferentes em diferentes espaços e temporalidades.

Como lidar com o limite – invisível, se existente – de indivíduo e coletivo? Entre decidir sozinho ou com os demais integrantes da organização autogestionária? É possível realizar todas as ações de forma coletiva? E como saber quando é a minha vez de agir ou quando eu posso agir? É no cotidiano que o poder é enatado/performado, conforme Law (1992), como um efeito de redes heterogêneas de híbridos, conhecimentos, experiências em outros empreendimentos, gêneros... e sendo um efeito, também provoca deslocamento. Como afirma Mintz (2002, p. 75) “procurar lições não quer dizer encontrar soluções”, entretanto, mesmo encontrando uma solução, ela será local, específica e parcial. Considerar que autogestão pode ser autogestões, abre-nos a possibilidade de ser e estar no mundo de formas que, talvez, não caibam nestas folhas e nem possam ser escritas.

## Referências

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.20-26.

<sup>1</sup> Bolsista Capes

ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria Ator-rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.16 - n.51, p. 647-664 - Outubro/Dezembro. 2009,

BERTHIER, R. Concepções anarco-sindicalistas da autogestão. In: LEVAL, G.; BERTHIER, R.; MINTZ, F. **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2002, p.61-73.

CALLON, M; LAW, J. After the individual in society: lessons on collectivity from science, technology and society. **Canadian Journal of Sociology**, v22 i2 p165-182, 1997.

CAMILLIS, P.K.; ANTONELLO, C.S. Da Translação para o Enactar: contribuições da Teoria Ator-rede para a abordagem processual das organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, v.14, nº 1, artigo 4, Rio de Janeiro, p.65-85 jan/mar, 2016.

CARVALHO, N. V. **Autogestão: o governo pela autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 23, n. 76, p. 057-072, Jan./Mar. 2016.

ESCOSSIA, L.; TEDESCO, S. Pista 5: O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCOSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 92- 108.

ESCOSSIA, L.; KASTRUP,V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago., 2005.

ESCOSSIA, L. O coletivo como plano de criação na Saúde Pública, 2009. p. 689.

ESCOSSIA, L. A invenção técnica: transindividualidade e agenciamento coletivo. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 16-25, jul./ dez. 2010.

FARIA, J.H. **Gestão Participativa: relações de poder e trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas. 2009.

GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

<sup>1</sup> Bolsista Capes

GHERARDI, S. **Organizational Knowledge: he Texture of Workplace Learning**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

LATOUR, B. **Reassembling the social: An introduction to actor-network theory**. New York: Oxford Press University, 2005.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. What's the story? Organizing as a mode of existence. In: PASSOTH, J. H.; PEUKER, B.; SCHILLMEIER, M. (Org.). **Agency without actors? New approaches to collective action**. London: Routledge, 2011. p. 124-169.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. Salvador-Bauru: EDUFBA – EDUSC, 2012.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004a.

LATOUR, B. Why has critique run out of steam? from matters of fact to matters of concern. **Critical Inquiry**, v. 30, n. 2, p. 225-248, 2004b.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1987.

LATOUR, B. On actor-network theory: A few clarifications. In: **Centre for Social Theory and Technology (CSTT)**, Keele University, UK, 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40878163> > Acesso em: 09 de jun. 2020.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing, 1999, p.15-25.

LAW, J. **A sociology of monsters: essays on power, technology and domination**. London: Routledge, 1991.

LAW, J. **Note on ANT: ordering, strategy and heterogeneity**. Centre for Science Studies. Lancaster University, Lancaster LA1 4YN, 1992. Disponível em:

<sup>1</sup> Bolsista Capes

<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LAW, J. **Organizing modernity**. Cambridge, USA: Blackwell, 1994.

LAW, J. **Heterogeneities**. Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster. 1997. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Heterogeneities.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LAW, J.; MOL, A. Notes on materiality and sociality. **The Sociological Review**, v. 43, n. 2, p. 274-294, 1995.

MARTINS, L. H. S. Autogestão: sua atualidade, suas dificuldades. In: VIEITEZ, C. G. **A Empresa sem patrão**. Marília: Unesp, 1997, p. 33-41.

MINTZ, F. Ensinaamentos da autogestão espanhola. In: BERTHIER, R.; LEVAL, G.; MINTZ, F. **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2002. p. 75-91

MOL, A. Ontological politics: a word and some questions. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.). **Actor network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing. 1999.

MOL, A. **The body multiple: ontology of medical practice**. Durham: Duke University Press, 2002.

PASSOTH, J.; PEUKER, B.; SCHILLMEIER, M. **Agency without Actors? New Approaches to Collective Action**. Edited Routledge. 2012

PRESTES MOTTA, F. C. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ROSANVALLON, P. **L'age de l'autogestion**. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

ROSENFELD, C. L. **A autogestão e a nova questão social: repensando a relação individuo-sociedade**. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, VIII, Coimbra, Portugal, 2004, p. 1-16.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão**. Disponível em: <[www.unitrabalho.org.br/paginasartigos.html](http://www.unitrabalho.org.br/paginasartigos.html)>. Acesso em: 21 jun. 2019.

TESCH, W. **Dicionário básico de cooperativismo**. São Paulo: Walter Tesch, 2000.

<sup>1</sup> Bolsista Capes

---

<sup>i</sup> Agradecimento ao Roberto Cunha Ferreira pelo comentário a respeito da inclusão da imaterialidade, pela leitura atenta e outros comentários gerais.

<sup>ii</sup> Para discussão sobre enactment ver Camillis e Antonello (2016)

<sup>iii</sup> Notas de aula.